



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº: **202442-0**

246

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **205.2009.000008-1**

COMARCA : Belo Jardim -- 1ª Vara
IMPETRANTE : Renato Gonçalves Ferreira
PACIENTE : Renato Gonçalves Ferreira
PROCURADORA : Dr^a. Adriana Fontes
RELATORA : Des^a Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. WRIT IMPETRADO SOB ALEGAÇÃO DE COAÇÃO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO INEXISTENTE. PEDIDO IMPROCEDENTE. RÉU PRESO EM VIRTUDE DE OUTROS FEITOS CRIMINAIS A QUE RESPONDE COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. INTELIGÊNCIA DO ART.647, DO CPP. FALTA DE OBJETO. ORDEM DENEGADA.

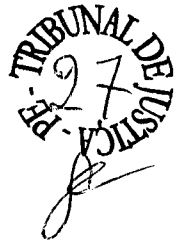
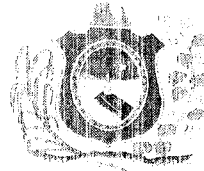
I – Tendo em vista que a segregação do paciente ora combatida emanou de outros feitos criminais, havendo a impetração se insurgido contra a ilegalidade em face do excesso de prazo de ato flagrantial que, sequer, existiu nos autos em apreço, resta patente a inexistência de qualquer coação ilegal a ser sanada pela via do *habeas corpus*, não se devendo conhecer do pedido, por falta de objeto. Inteligência do art.647, da Lei Adjetiva Penal.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0202442-0** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à

JASFI/ HC Nº 202442-0149512-5. excesso de prazo e falta de fundamentação da preventiva. Ordem denegada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

247

unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de Janeiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

248

HABEAS CORPUS Nº: **202442-0**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **205.2009.000008-1**
COMARCA : Belo Jardim – 1ª Vara
IMPETRANTE : Renato Gonçalves Ferreira
PACIENTE : Renato Gonçalves Ferreira
PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

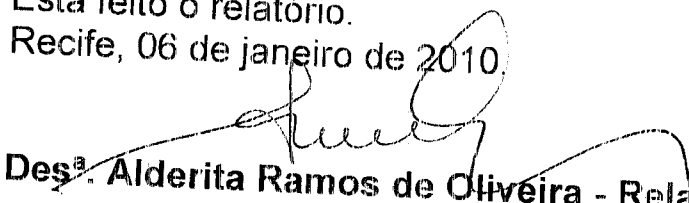
RENATO GONÇALVES FERREIRA, qualificado na atrial (fls.02), impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em seu próprio favor, alegando que está sofrendo constrangimento ilegal em face do excesso de prazo verificado para o término da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº **205.2009.000008-1** que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim, neste Estado, ao argumento de que o mesmo se encontra preso em flagrante delito desde o dia **24/07/2008**, permanecendo recolhido ao cárcere até a data da presente impetração, sem ter uma definição de sua situação jurídica.

A inicial veio acompanhada apenas de informação extraída do sistema de controle processual deste Poder, acostada às fls.04/05.

Às fls.11/12, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.16/17.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª. Adriana Fontes, através do parecer às fls.21/22, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.
Recife, 06 de janeiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

249

HABEAS CORPUS Nº: **202442-0**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **205.2009.0000008-1**
COMARCA : Belo Jardim – 1ª Vara
IMPETRANTE : Renato Gonçalves Ferreira
PACIENTE : Renato Gonçalves Ferreira
PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

A presente ação mandamental foi impetrada com vistas a restituir a liberdade do paciente, aduzindo que o acusado se encontra recolhido ao cárcere, em virtude de prisão em flagrante delito ocorrida no dia **24/07/2008**, sem que, até a data da presente impetração, a instrução criminal tivesse se iniciado, configurando coação ilegal em face da ultrapassagem dos prazos legais para o término do processo.

Consta das informações judiciais, prestadas através de ofício datado de **04/12/2009**, que (fls.16/17):

"(...) O paciente RENATO GONÇALVES FERREIRA, devidamente qualificado nos autos, incurso no art.121, §2º, II e IV, do Código Penal Pátrio, sob a acusação de que no dia 16/06/2007, por volta das 19:50 horas, na imediações da Igreja Vale da Benção, no Loteamento Frei Damião, nesta cidade, juntamente com o denunciado RONALDO AFONSO DA SILVA, utilizando-se de arma de fogo, deflagraram vários disparos contra a pessoa da vítima José Bruno da Costa Santos, ceifando a vida da mesma. A denúncia foi oferecida em 10 de fevereiro de 2009 e recebida por este Juízo em 10.02.2009, onde foi determinada a citação dos denunciados, para no prazo de 10 dias, oferecer resposta à acusação. Precatória de Citação expedida (fls.112). O réu RONALDO AFONSO DA SILVA, citado às fls.156, não ofereceu resposta a acusação, nem constitui advogado. Nomeado Defensor



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Público na pessoa do Dr. Agildo Siqueira. Edital de Citação (fls.31). Defesa Preliminar do réu RONALDO AFONSO DA SILVA. Às fls.162, consta apreciação do pedido de liberdade provisória formulado às fls.140. Este Juízo verificou que **o acusado Renato Gonçalves Ferreira encontra-se preso em virtude outros processos, haja vista que no presente, não houve qualquer tipo de custódia cautelar**, dessa forma, o pedido de liberdade formulado às fls.140, encontra-se em dissonância com a realidade desses autos, uma vez que o referido pedido baseia-se em excesso de prazo e constrangimento ilegal que seriam motivos ensejadores a priori de um relaxamento de prisão em flagrante, mas considerando **que não houve a referida prisão** este Juízo indeferiu o pedido de fls.140 e, na mesma decisão, foi decretada a prisão preventiva do mesmo nos presentes autos (...)” (NEGRITEI)

Contrariando o que consta na atrial, emerge do informativo judicial que o paciente não se encontra recolhido à prisão em decorrência de flagrância ocorrida em **24/07/2008**, como assevera o impetrante, mas sim em virtude de outros processos criminais, até porque, consoante esclarecido pelo togado monocrático, o fato delitivo ensejador da ação penal *sub examinen*, ocorreu no dia **16/06/2007**.

Nesse sentido, a narrativa judicial afasta em definitivo qualquer hipótese de constrangimento ilegal suportado por força de prisão em flagrante, já que dito flagrante não existiu, não se havendo falar, por tal motivo, em excesso prazal.

Vale frisar, por oportuno, ainda que existente tal ilegalidade, o que não é o caso, a mesma estaria superada com a decretação da prisão preventiva do paciente, a qual, conforme informação extraída do sítio eletrônico deste Poder, que faço anexar à presente decisão, ocorreu apenas em **26/10/2009**, com fundamento exatamente no fato de o acusado responder a diversas ações penais naquela comarca de Belo Jardim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Releva notar que a presente impetração, muito embora ajuizada em **12/11/2009**, não se insurgiu contra a aludida medida acautelatória, sendo forçoso salientar que não consta dos autos cópia do referido decreto constitutivo, permitindo a análise dos fundamentos que lastrearam a segregação em tela, com o fito de se verificar, ainda que de ofício, a presença de eventual ilegalidade da prisão de que se trata, impondo-se lembrar que a via estreita do remédio jurídico-constitucional não comporta dilação probatória, o que impede o reconhecimento, à míngua de prova pré-constituída, de qualquer coação ilegal suportada pelo paciente, nesse sentido.

Ante o expendido, em consonância com o posicionamento ministerial, denego a ordem.

Recife, 06 de janeiro de 2010


Des^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora